

TJ-BA

**500 QUESTÕES GABARITADAS
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**

Juiz Leigo

EDITAL DE ABERTURA N  01/2026



**C D: SL-042FV-26
7908433291688**

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa	5
2. Juizados Especiais - Juízes Leigos	17
3. Juizados Especiais Cíveis	25
4. Juizados Especiais da Fazenda Pública	33
5. Direito do Consumidor.....	41
6. Direito Civil.....	59
7. Direito Processual Civil.....	75
8. Direito Constitucional	91
9. Direito Administrativo.....	107
10. Ética	123

LÍNGUA PORTUGUESA

1. (FGV - 2024)

Numa viagem de carro entre Rio e Minas Gerais, um motorista foi observando uma série de cartazes na rodovia; o único cartaz abaixo que está **corretamente**

redigido, é:

- (A) Precisam-se de caminhões para transporte de grãos;
- (B) Há vagas no estacionamento ao lado do posto;
- (C) Aqui anteriormente haviam árvores; hoje, um deserto;
- (D) Deixe para amanhã o que não precisa fazer hoje;
- (E) Local de diversão para crianças.

2. (FGV - 2022)

Assinale a opção em que só a primeira forma do vocábulo está **correta**.

- (A) abóboda / abóbada.
- (B) deslise / deslize.
- (C) mantegueira / manteigueira.
- (D) freada / freiada.
- (E) bandeija / bandeja.

3. (FGV - 2024)

Assinale a frase em que a grafia do porquê está **incorreta**.

- (A) Se os homens escalam montanhas só porque estão ali, por que não lavam a louça?
- (B) Meus antepassados vagaram 40 dias pelo deserto, porque mesmo em tempos bíblicos os homens tinham vergonha de perguntar o caminho.
- (C) O porquê de tanta gente não conhecer a letra de nosso hino é a sua extensão e o seu vocabulário erudito.
- (D) Por que tanta gente deixa de votar em eleições importantes?
- (E) Os russos atacaram a Ucrânia por que?

4. (FGV - 2024)

Entre as frases a seguir, do livro A Cidade e as Serras, de Eça de Queiroz, assinale aquela em que a forma sublinhada está mal-empregada.

- (A) “Chamados pôr uma grande voz, que se esganiçava no vento, avistamos num campo mais alto, à beira dum alpendre, o Silvério, debaixo dum guarda-chuva vermelho, que acenava, nos indicava o trilho mais curto para aquele abrigo”.
- (B) “-É a tal mulher que está doente, a mulher do Esgueira, ali do casal da figueira. E ainda tem outro abaixo deste... Filharada não lhe falta”.
- (C) “Caminhamos, com o Silvério no meio, pensativo, a fronte enrugada sob a vasta aba do chapéu, a barba imensa espalhada pelo peito, e a barraca exorbitante do guarda-chuva vermelho enrolada abaixo do braço”.
- (D) “Elas replicavam, familiarizadas, numa crescente simpatia pelo meu Príncipe: -Ora o senhor fala bem, porque fica debaixo de telhas...”.
- (E) “...e, como eu, encolheriam desdenhosamente os ombros ante a grande Ilusão que findara, agora para sempre inútil, arrumada como um lixo histórico, guardado debaixo da lona”.

5. (FGV - 2024)

Os adjetivos podem representar estados, características, qualidades ou relações. Assinale a frase em que o adjetivo sublinhado indica um estado.

- (A) Profetizar o futuro não é difícil, mas é perigoso.
- (B) Para o homem trabalhador, o tempo é elástico.
- (C) Estamos sempre preocupados com o que vai acontecer.
- (D) O futuro é a mais valiosa fonte de renda da imaginação.

6. (FGV - 2023)

Os adjetivos formam uma classe de palavra que indicam semanticamente: uma qualidade, uma característica, um estado ou uma relação.

Assinale a opção que apresenta a frase em que o adjetivo sublinhado indica uma característica.

- (A) As melhores coisas do mundo são as proibidas.
- (B) A grama do quintal do vizinho é sempre mais verde.
- (C) As pessoas doentes ficam nas enfermarias dos hospitais.
- (D) Os discursos papais nem sempre são claros.
- (E) O juiz revelou-se um homem perverso.

7. (FGV - 2024)

Assinale a frase em que a forma verbal está **correta**.

- (A) O deputado reveu todo o texto do projeto.
- (B) Os seguranças se enterteram com as crianças.
- (C) O chefe da casa reouve todo o tempo perdido
- (D) Os policiais interviram na discussão em plenário.
- (E) Serão nomeados os que a chefia propor.

8. (FGV - 2024)

Assinale a frase que mostra inadequação na forma verbal.

- (A) Tomara que adquiras consciência da tua situação.
- (B) Se você a ver por aqui, previna-a do perigo.
- (C) Tomara que não nos advenham problemas.
- (D) Ele dirá o que lhe couber dizer.
- (E) Teremos aula se houver alunos por lá.

9. (FGV - 2024)

Assinale a opção em que a explicação para correlação temporal expressa pelos verbos em destaque está **correta**.

- (A) Não imaginei que essas questões fossem tão fáceis - ação simultânea.
- (B) Não imaginei que essas questões tivessem sido tão fáceis - ação posterior.
- (C) Não imaginei que essas questões havam sido tão fáceis - ação concomitante.
- (D) Não imaginei que essas questões seriam tão fáceis - ação em curso.
- (E) Não imaginei que essas questões foram tão fáceis - ação equivalente.

10. (FGV - 2025)

Texto 1

Etnias e culturas do Brasil

Diante de um mapa do Brasil as diversidades regionais, oriundas dos contrastes geográficos, são ainda enriquecidas pela variação da paisagem cultural. **Torna-se possível, enfim, em face das variedades geográficas e culturais, fixar duas regiões bem definidas**, uma em que ainda se mantém viva a predominância da base cultural lusitana, outra em que os traços culturais não lusitanos – os alemães, os italianos, os poloneses, os japoneses – vêm dando nova coloração à paisagem tanto física ou geográfica como social e cultural. (Manuel Diégues Jr.)

A frase em que a palavra “bem” se classifica, quanto ao significado, como em “Torna-se possível, enfim, em face das variedades geográficas e culturais, fixar duas regiões bem definidas...”, é:

- (A) Bem, eu não tenho a mesma opinião sobre esse tema;
- (B) O lugar já esteve pior, mas agora está bem;
- (C) Nunca me senti tão bem quanto agora;
- (D) Faça o bem sem olhar a quem;
- (E) As festas no evento foram bem-organizadas.

11. (FGV - 2025)

Todas as frases a seguir mostram advérbios com o sufixo — mente. A frase em que a substituição desse advérbio por uma locução inadequada semanticamente, é:

- (A) Certos vícios são mais enfadonhos do que a própria virtude. Apenas por isso a virtude geralmente triunfa. / em geral.
- (B) É melhor demonstrar naturalmente um defeito que talvez seja insignificante; se o esconderes, parecerá maior. / de acordo com a natureza.
- (C) O que normalmente se chama de amor é de fato o desejo de satisfazer apetites. / dentro da normalidade.
- (D) A ira nunca deixa de ter uma razão, mas raramente tem uma boa. / com raridade.
- (E) É impossível gozar totalmente o ódio, a menos que se tenha muito trabalho a fazer. / na totalidade.

JUIZADOS ESPECIAIS - JUÍZES LEIGOS

1. (2026)

De acordo com a Resolução nº 01/2023 do TJBA, os juízes leigos e conciliadores são considerados

- (A) servidores públicos estatutários, com vínculo efetivo após dois anos de exercício.
- (B) empregados públicos contratados sob regime celetista por prazo determinado.
- (C) auxiliares da justiça, que exercem função pública temporária, sem vínculo empregatício ou estatutário.
- (D) agentes honoríficos, sem necessidade de processo seletivo.
- (E) membros do Ministério Público designados para atuação nos Juizados Especiais.

2. (2026)

O recrutamento de juízes leigos no âmbito do TJBA exige, entre outros requisitos,

- (A) graduação em Direito e três anos de atividade jurídica comprovada por sentença judicial.
- (B) inscrição na OAB há mais de dois anos, comprovada pelo tempo de inscrição, e regularidade profissional.
- (C) experiência mínima de dois anos em cargo público privativo de bacharel em Direito.
- (D) aprovação em concurso público para magistratura.
- (E) exercício prévio da função de conciliador por pelo menos um ano.

3. (2026)

A respeito da remuneração dos conciliadores e juízes leigos, assinale a alternativa correta.

- (A) É fixa e equiparada à de servidor efetivo de nível superior.
- (B) É composta por subsídio mensal acrescido de gratificação de produtividade.
- (C) É variável, de natureza indenizatória, regulada por Unidade de Valor instituída por Decreto.
- (D) É paga exclusivamente por acordo homologado, vedada remuneração por audiência sem acordo.
- (E) É calculada com base no salário mínimo vigente.

4. (2026)

Conforme o Decreto Judiciário nº 281/2025, o conciliador será remunerado por audiência realizada, considerando-se realizada quando

- (A) apenas houver designação da audiência no sistema eletrônico.
- (B) nenhuma das partes comparecer, desde que haja registro do pregão.
- (C) houver pedido de homologação de acordo extrajudicial antes da audiência.
- (D) ao menos uma das partes comparecer, com registro em ata e gravação do ato.
- (E) ambas as partes comparecerem, independentemente de registro formal.

5. (2026)

No que se refere às atribuições dos conciliadores, é correto afirmar que lhes compete

- (A) proferir sentença nos processos cíveis de menor complexidade.
- (B) redigir termos de acordo, submetendo-os à homologação do juiz de direito.
- (C) julgar embargos de declaração opostos contra decisões do juízo.
- (D) decretar medidas cautelares urgentes em matéria criminal.
- (E) atuar exclusivamente em processos cíveis, sendo vedada atuação criminal.

6. (2026)

Os juízes leigos, no âmbito dos Juizados Especiais do TJBA,

- (A) podem atuar nos Juizados Especiais Criminais e Cíveis.
- (B) possuem competência para homologar seus próprios projetos de sentença.
- (C) atuam apenas nos feitos de competência dos Juizados Especiais Cíveis e da Fazenda Pública.
- (D) exercem jurisdição plena, independentemente de supervisão.
- (E) têm mandato vitalício, salvo exoneração por processo administrativo.

7. (2026)

Constitui dever do conciliador, segundo a Resolução nº 01/2023,

- (A) atuar como advogado das partes após a sessão, se autorizado.
- (B) manter confidencialidade sobre as informações obtidas na sessão.
- (C) aceitar presentes de pequeno valor, desde que não influenciem o acordo.
- (D) emitir parecer vinculante sobre o mérito da causa.
- (E) dispensar a observância do segredo de justiça quando entender irrelevante.

8. (2026)

Quanto às incompatibilidades, é correto afirmar que juízes leigos e conciliadores bacharéis em Direito

- (A) podem advogar livremente perante qualquer Juizado Especial do Estado.
- (B) estão impedidos de advogar apenas na Vara em que atuam.
- (C) estão impedidos de advogar nos Juizados Especiais da comarca em que desempenham suas funções.
- (D) podem advogar, desde que não atuem em processos sob sua condução.
- (E) estão impedidos de advogar em todo o território nacional, sem exceções.

9. (2026)

O afastamento temporário do juiz leigo ou conciliador

- (A) pode ser concedido por prazo indeterminado, a critério do interessado.
- (B) é remunerado integralmente.
- (C) pode ser concedido por até 15 dias, prorrogável por igual período, vedada nova concessão por um ano.
- (D) depende exclusivamente de autorização do Presidente do Tribunal.
- (E) suspende a contagem do prazo de exercício da função.

10. (2026)

No processo seletivo para recrutamento de conciliadores e juízes leigos, a prova objetiva

- (A) tem caráter apenas classificatório.
- (B) versa exclusivamente sobre Juizados Especiais.
- (C) é substituída por prova oral para candidatos à função de juiz leigo.

- (D) possui caráter eliminatório e classificatório.
- (E) é realizada após a avaliação de títulos.

11. (2026)

Em caso de empate na classificação final do processo seletivo, terá preferência, sucessivamente,

- (A) o candidato com maior tempo de serviço público.
- (B) o candidato com maior nota em Direito Constitucional apenas.
- (C) o candidato mais jovem.
- (D) o candidato que tiver exercido função de conciliador anteriormente.
- (E) o candidato com idade igual ou superior a 60 anos, observada a ordem prevista na norma.

12. (2026)

No âmbito das Turmas Recursais, cada Turma é composta por

- (A) cinco juízes de direito escolhidos por sorteio anual.
- (B) três juízes de direito em exercício no primeiro grau, escolhidos entre os mais antigos.
- (C) três desembargadores indicados pelo Tribunal Pleno.
- (D) dois juízes de direito e um membro do Ministério Público.
- (E) um juiz de direito e dois juízes leigos.

13. (2026)

O agravo interno contra decisão monocrática do Relator ou do Presidente da Turma Recursal deve ser interposto no prazo de

- (A) cinco dias.
- (B) dez dias.
- (C) quinze dias.
- (D) trinta dias.
- (E) quarenta e oito horas.

14. (2026)

Os prazos processuais no âmbito das Turmas Recursais

- (A) são contados em dias corridos, independentemente da natureza do feito.
- (B) são contados apenas em dias úteis, conforme a Lei nº 9.099/95.
- (C) são sempre de dez dias úteis, salvo disposição em contrário.
- (D) não se aplicam aos processos eletrônicos.
- (E) são contados em horas quando se tratar de recurso.

JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS

1. (2026)

Nos Juizados Especiais Cíveis, a adoção do princípio da oralidade implica que

- (A) todos os atos processuais sejam exclusivamente verbais, vedandose registros escritos.
- (B) os atos processuais sejam preferencialmente orais, com registros resumidos nos autos, visando maior celeridade.
- (C) apenas a sentença seja proferida oralmente, devendo os demais atos ser escritos.
- (D) o pedido inicial seja necessariamente apresentado por escrito, ainda que a parte esteja sem advogado.
- (E) as provas testemunhais sejam substituídas exclusivamente por documentos escritos.

2. (2026)

O princípio da simplicidade, no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis, tem como principal objetivo

- (A) eliminar completamente a necessidade de fundamentação das decisões judiciais.
- (B) restringir o acesso das partes sem advogado às audiências.
- (C) reduzir formalismos excessivos, tornando o procedimento mais acessível ao cidadão comum.
- (D) substituir o contraditório por decisões sumárias.
- (E) afastar a aplicação subsidiária do Código de Processo Civil.

3. (2026)

A informalidade nos Juizados Especiais Cíveis autoriza

- (A) a flexibilização de exigências formais, priorizando a solução do mérito da causa.
- (B) a dispensa total de regras processuais.
- (C) o desrespeito às garantias constitucionais do devido processo legal.
- (D) a ausência de fundamentação nas decisões.
- (E) o julgamento com base apenas em critérios subjetivos do magistrado.

4. A economia processual, como princípio estruturante dos Juizados Especiais, manifestase, entre outras hipóteses, na

- (A) obrigatoriedade de múltiplas audiências para cada fase processual.
- (B) vedação absoluta à cumulação de pedidos.
- (C) concentração de atos em audiência única, sempre que possível.
- (D) ampliação irrestrita de recursos.
- (E) exigência de perícia técnica complexa em toda demanda.

5. (2026)

Quanto à competência em razão do valor, os Juizados Especiais Cíveis podem julgar causas cujo valor não ultrapasse

- (A) 20 salários mínimos.
- (B) 30 salários mínimos.
- (C) 50 salários mínimos.
- (D) 40 salários mínimos.
- (E) 60 salários mínimos.

6. (2026)

Nas causas de até 20 salários mínimos, no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis,

- (A) é obrigatória a presença de advogado em todas as fases.
- (B) a parte pode comparecer pessoalmente, sem advogado.
- (C) é vedada a tentativa de conciliação.
- (D) não cabe produção de prova testemunhal.
- (E) é obrigatória a interposição de recurso para validade da sentença.

7. (2026)

A competência territorial nos Juizados Especiais Cíveis é considerada

- (A) absoluta, não admitindo prorrogação.
- (B) relativa, podendo ser prorrogada se não arguida tempestivamente.
- (C) exclusiva do foro da capital do Estado.
- (D) vinculada obrigatoriamente ao domicílio do autor.
- (E) inderrogável por vontade das partes.

8. (2026)

A competência em razão da matéria e do valor, nos Juizados Especiais Cíveis, é classificada como

- (A) relativa, podendo ser modificada por conexão.
- (B) facultativa, a critério das partes.
- (C) absoluta, não podendo ser prorrogada.
- (D) territorial, sujeita à preclusão.
- (E) concorrente com qualquer juízo cível comum.

9. (2026)

Entre as causas excluídas da competência dos Juizados Especiais Cíveis, encontram-se

- (A) ações de cobrança simples até 40 salários mínimos.
- (B) ações de reparação por danos morais.
- (C) ações decorrentes de relações de consumo.
- (D) causas de natureza falimentar.
- (E) ações possessórias de menor complexidade.

10. (2026)

A renúncia tácita ao valor excedente ao teto dos Juizados Especiais ocorre quando o autor

- (A) declara expressamente que abrirá mão do excedente.
- (B) ajuíza a ação na Justiça Comum.
- (C) limita o valor da causa ao teto legal, sem ressaltar cobrança posterior.
- (D) desiste parcialmente da ação após sentença.
- (E) interpõe recurso inominado.

11. (2026)

A jurisprudência majoritária entende que a renúncia tácita ao valor excedente

- (A) permite o ajuizamento posterior de ação para cobrar a diferença.
- (B) impede a propositura futura de ação relativa ao valor renunciado.
- (C) depende exclusivamente de homologação judicial expressa.
- (D) só é válida se o valor ultrapassar 100 salários mínimos.
- (E) não produz efeitos jurídicos.

12. (2026)

O litisconsórcio nos Juizados Especiais Cíveis

- (A) é sempre obrigatório.
- (B) é vedado em qualquer hipótese.
- (C) é admitido, desde que não comprometa a celeridade e simplicidade do rito.

(D) permite a soma ilimitada de valores para ultrapassar o teto legal.

(E) dispensa a análise da competência material.

13. (2026)

A nomeação de curador especial é obrigatória quando

- (A) a parte é plenamente capaz e assistida por advogado.
- (B) o réu é citado por edital e não comparece nem constitui advogado.
- (C) o autor comparece desacompanhado de advogado em causa inferior a 20 salários mínimos.
- (D) há acordo entre as partes.
- (E) a causa envolve relação de consumo.

14. (2026)

Nos Juizados Especiais Cíveis, a aplicação da curadoria especial

- (A) é vedada por incompatibilidade com a informalidade do rito.
- (B) depende de previsão expressa na Lei 9.099/95.
- (C) é admitida subsidiariamente, com base no CPC, quando compatível.
- (D) substitui automaticamente a atuação da Defensoria Pública.
- (E) elimina a possibilidade de revelia.

15. (2026)

O preposto que representa pessoa jurídica em audiência nos Juizados

- (A) deve necessariamente ser empregado da empresa.
- (B) não precisa conhecer os fatos da causa.
- (C) pode atuar sem qualquer autorização formal.
- (D) deve ter poderes para transigir, sob pena de inviabilizar acordo.
- (E) substitui o advogado em todas as hipóteses.

16. (2026)

A assistência judiciária gratuita tem fundamento constitucional no princípio

- (A) da livre iniciativa.
- (B) da publicidade dos atos processuais.
- (C) da assistência jurídica integral e gratuita aos necessitados.
- (D) da supremacia do interesse público.
- (E) da irretroatividade da lei.

JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA

1. (2026)

A criação dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, conforme a Lei nº 12.153/2009, tem como finalidade primordial

- (A) ampliar a competência da Justiça Federal para causas de maior complexidade.
- (B) assegurar julgamento colegiado obrigatório em todas as demandas contra o Estado.
- (C) proporcionar acesso mais célere e simplificado à Justiça em causas de menor complexidade envolvendo entes públicos locais.
- (D) substituir integralmente as Varas da Fazenda Pública nos Estados.
- (E) eliminar a necessidade de recurso nas causas contra a Administração Pública.

2. (2026)

A base constitucional dos Juizados Especiais encontra fundamento no art. 98, I, da Constituição Federal, que prevê

- (A) a criação de juizados especiais para julgamento exclusivo de causas penais.
- (B) juizados providos por juízes togados ou togados e leigos, competentes para conciliação, julgamento e execução de causas de menor complexidade.
- (C) competência privativa da União para instituir juizados especiais estaduais.
- (D) obrigatoriedade de atuação do Ministério Público em todas as causas.
- (E) processamento apenas de causas até 40 salários mínimos.

3. (2026)

Quanto à competência material dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, é correto afirmar que

- (A) abrange causas de interesse da União até 60 salários mínimos.
- (B) inclui ações de desapropriação de pequeno valor.
- (C) compreende causas cíveis de interesse dos Estados, DF e Municípios até o limite de 60 salários mínimos.

(D) admite execuções fiscais municipais de baixo valor.

(E) alcança mandado de segurança contra ato de secretário estadual.

4. (2026)

O limite de 60 salários mínimos para fixação da competência do Juizado da Fazenda Pública deve ser aferido

- (A) com base no valor da condenação ao final do processo.
- (B) exclusivamente sobre o valor principal, excluídos juros e correção.
- (C) conforme o valor atribuído à causa na petição inicial, incluindo parcelas acessórias conhecidas.
- (D) apenas após liquidação do julgado.
- (E) segundo o valor fixado em eventual acordo.

5. (2026)

Ultrapassado o teto legal de 60 salários mínimos, ainda que por pequena diferença,

- (A) o juiz poderá manter a competência por economia processual.
- (B) as partes poderão renunciar ao excedente após a sentença.
- (C) a competência do Juizado será prorrogada se houver acordo.
- (D) a causa deverá ser processada pelo rito comum, por se tratar de competência absoluta.
- (E) caberá ao autor optar pelo juízo competente após contestação.

6. (2026)

É hipótese expressamente excluída da competência do Juizado Especial da Fazenda Pública:

- (A) ação de indenização por dano moral decorrente de buraco em via pública.
- (B) ação de repetição de indébito tributário municipal até 60 salários mínimos.
- (C) ação de mandado de segurança contra ato de autoridade estadual.
- (D) cobrança de diferença salarial de servidor, dentro do teto legal.
- (E) pedido de fornecimento de medicamento.

7. (2026)

A competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública é considerada absoluta porque

- (A) pode ser modificada por acordo entre as partes.
- (B) decorre da natureza da matéria e do valor da causa, não podendo ser alterada por convenção.
- (C) depende exclusivamente da vontade do autor.
- (D) somente pode ser arguida pela Fazenda Pública.
- (E) exige provocação da parte interessada.

8. (2026)

O reconhecimento da incompetência absoluta do Juizado da Fazenda Pública implica

- (A) extinção automática do processo com resolução de mérito.
- (B) arquivamento definitivo dos autos.
- (C) nulidade absoluta de todos os atos, sem possibilidade de aproveitamento.
- (D) remessa dos autos ao juízo competente.
- (E) conversão do rito em procedimento sumaríssimo.

9. (2026)

Sobre os princípios aplicáveis aos Juizados Especiais da Fazenda Pública, assinale a alternativa correta:

- (A) Predomina o formalismo estrito para garantir segurança jurídica.
- (B) A oralidade é afastada em razão da presença da Fazenda Pública.
- (C) A simplicidade e a economia processual orientam a prática dos atos processuais.
- (D) A celeridade não se aplica quando o ente público figura como réu.
- (E) A conciliação é vedada em causas contra o Estado.

10. (2026)

No que se refere às partes no Juizado Especial da Fazenda Pública, podem figurar como autores

- (A) apenas pessoas físicas maiores de 21 anos.
- (B) pessoas físicas e microempresas ou empresas de pequeno porte.
- (C) qualquer pessoa jurídica de direito privado.
- (D) autarquias federais.
- (E) exclusivamente associações civis.

11. (2026)

Conforme a Lei nº 12.153/2009, não haverá

- (A) prazo diferenciado para a Fazenda Pública praticar atos processuais.
- (B) recurso contra sentença.

- (C) cumprimento de sentença no próprio juizado.
- (D) conciliação conduzida por conciliador.
- (E) execução de obrigação de fazer.

12. (2026)

Em relação ao pagamento de quantia certa decorrente de sentença transitada em julgado,

- (A) sempre será realizado por precatório.
- (B) será feito por requisição de pequeno valor ou precatório, conforme o montante.
- (C) depende de autorização legislativa específica.
- (D) exige penhora prévia de bens públicos.
- (E) ocorrerá independentemente de trânsito em julgado.

13. (2026)

Caso a Fazenda Pública não cumpra requisição judicial no prazo legal, o juiz poderá

- (A) extinguir a execução.
- (B) aplicar multa pessoal ao servidor.
- (C) determinar o sequestro do numerário suficiente ao cumprimento da decisão.
- (D) remeter os autos ao Tribunal de Justiça.
- (E) suspender o processo por prazo indeterminado.

14. (2026)

Nos Juizados Especiais Cíveis, a reconvenção

- (A) é admitida sem restrições.
- (B) é vedada, sendo possível apenas pedido contraposto nos limites legais.
- (C) é obrigatória quando houver conexão.
- (D) depende de autorização do juiz leigo.
- (E) substitui a contestação.

15. (2026)

A ausência do réu à audiência de conciliação no Juizado Especial Cível

- (A) não produz qualquer efeito processual.
- (B) implica extinção automática do processo.
- (C) gera revelia, presumindo-se verdadeiros os fatos alegados, salvo convicção em contrário do juiz.
- (D) impede a produção de provas pelo autor.
- (E) obriga o juiz a redesignar a audiência.

16. (2026)

A sentença nos Juizados Especiais deve

- (A) conter relatório detalhado e extenso.
- (B) ser necessariamente ilíquida.
- (C) apresentar fundamentação clara, ainda que sucinta.

DIREITO DO CONSUMIDOR

1. (FGV - 2023)

A conceituação de consumidor e de fornecedor é disputada entre, basicamente, duas teorias: a maximalista e a finalista. Da prática jurisprudencial, nasceu uma variação desta última, a chamada teoria finalista mitigada, que hoje prevalece.

Um caso de aplicação do Código de Defesa do Consumidor e a teoria que o justifica são:

- (A) consumidor pessoa física e concessionária de energia; teoria maximalista;
- (B) pequeno produtor rural que adquire máquina agrícola e fabricante; teoria finalista;
- (C) sociedade de aviação civil e distribuidora de combustível; teoria finalista mitigada;
- (D) microempresa e serviços de máquinas de cartão de crédito; teoria finalista mitigada;
- (E) vítima de acidente de consumo e causador dos danos; teoria maximalista.

2. (FGV - 2023)

Maria Eugênia adquiriu um aparelho celular na loja Y, no dia 25 de maio de 2023, a fim de presentear sua afilhada Roberta, que recebeu o objeto no mesmo dia da compra. Ocorre que, passados vinte dias de uso, o aparelho celular explodiu, acarretando lesões em Roberta, que necessitou realizar tratamento médico em virtude das queimaduras sofridas.

Nesse caso, adotando-se as regras insculpidas no Código de Defesa do Consumidor:

- (A) Roberta poderá ser indenizada em virtude do acidente sofrido. Contudo, não serão adotadas as regras do Código de Defesa do Consumidor, pois não há relação de consumo entre a acidentada e o fabricante ou comerciante. Ademais, a hipótese será de responsabilidade civil subjetiva;
- (B) Roberta é equiparada à consumidora diante das regras previstas no Código de Defesa do Consumidor e, nesse sentido, deverá ser indenizada pelos danos sofridos, sendo hipótese de responsabilidade objetiva em face do fabricante do produto;

(C) Roberta é equiparada à consumidora, diante das regras previstas no Código de Defesa do Consumidor e, nesse sentido, deverá ser indenizada pelos danos sofridos, sendo caso de responsabilidade subjetiva em face do fabricante do produto;

(D) Roberta poderá ser indenizada em virtude do acidente sofrido. Contudo, não serão adotadas as regras do Código de Defesa do Consumidor, pois não há relação de consumo entre a acidentada e o comerciante ou fabricante. Ademais, a hipótese será de responsabilidade civil objetiva;

(E) não serão adotadas as regras do Código de Defesa do Consumidor, mas a sistemática do Código Civil Brasileiro, posto que não foi Roberta quem celebrou o contrato de compra do aparelho telefônico. Caberá, contudo, ação em face do comerciante para a indenização pelos danos sofridos.

3. (FGV - 2024)

Jordana, aposentada, 89 anos, o(a) procurou como advogado(a) porque fora atraída por ligação telefônica da instituição financeira Banco Mútuo S.A., que anunciava oferta de crédito sem análise da situação financeira do consumidor.

Jordana, que à época da oferta do crédito estava em situação financeira muito difícil, contratou a abertura de crédito. Diante do valor reduzido de sua aposentadoria e dos compromissos indispensáveis ao lar e à saúde, celebrados ao longo do ano, não tem mais como pagar todas as dívidas, que a cada mês ficam maiores.

Diante da situação hipotética apresentada, assinale a afirmativa **correta**.

- (A) É direito básico do consumidor a garantia de práticas de crédito responsável, bem como a proteção contra a publicidade enganosa.
- (B) Para responsabilizar o *Banco Mútuo S.A.*, impondo-lhe a obrigação de indenizar, é necessário comprovar o ato de negligência do preposto do banco.

(C) Tendo em vista que a contratação se deu fora do estabelecimento empresarial, Jordana tinha o prazo de dez dias para exercer o seu direito de arrendimento.

(D) As instituições financeiras não são obrigadas a analisar a situação financeira do consumidor, apenas consultar os serviços de proteção ao crédito antes de concedê-lo.

4. (FGV - 2024)

O Código de Defesa do Consumidor NÃO considerou como direito básico do consumidor:

(A) a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços;

(B) a participação e consulta na formulação das políticas que o afetam diretamente e a representação de seus interesses por intermédio das entidades públicas ou privadas de defesa do consumidor;

(C) a informação acerca dos preços dos produtos por unidade de medida, tal como por quilo, por litro, por metro ou por outra unidade, conforme o caso;

(D) a proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos;

(E) o acesso aos órgãos judiciários e administrativos com vistas à prevenção ou reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos ou difusos, assegurada a proteção jurídica, administrativa e técnica aos necessitados.

5. (FGV - 2023)

A revisão do contrato por força de onerosidade excessiva é um dos direitos fundamentais do consumidor.

Para justificar sua aplicação, à luz do Código de Defesa do Consumidor, é necessário demonstrar:

(A) apenas a desproporção das prestações;

(B) apenas a desproporção das prestações e o fato superveniente que a causou;

(C) apenas a desproporção das prestações, o fato superveniente que a causou e seu caráter inevitável ou imprevisível;

(D) apenas a desproporção das prestações, o fato superveniente que a causou e seu caráter inevitável e imprevisível;

(E) a desproporção das prestações, o fato superveniente que a causou, seu caráter inevitável e imprevisível e o enriquecimento sem causa do fornecedor.

6. (FGV - 2025)

Em Petrolina, Pernambuco, Patrícia adquiriu uma escada metálica no estabelecimento *Supermercado Melhor Preço Ltda.*, sendo o produto fabricado pela sociedade empresária *Indústria do Céu Ltda.*, com a finalidade de realizar pequenas reformas em sua residência.

Na primeira utilização do equipamento, seguindo as instruções constantes no manual do fabricante, um dos encaixes se desprendeu repentinamente, provocando a queda de Patrícia, que sofreu fratura no braço direito e múltiplos hematomas. Diante da ausência de recursos financeiros para custear um(a) advogado(a), Patrícia procurou a Defensoria Pública do Estado de Pernambuco em busca de orientação e reparação pelos danos sofridos.

Com base no ordenamento jurídico brasileiro, especialmente no Código de Defesa do Consumidor, avalie a situação descrita e assinale a afirmativa correta.

(A) Por se tratar de fato do produto, Patrícia não poderá exercer seu direito à inversão do ônus da prova, que só existe em caso de vício.

(B) A responsabilidade por fato do produto é subjetiva, cabendo à Patrícia comprovar a culpa do fabricante ou do comerciante para obter reparação.

(C) Por fato do produto, o *Supermercado Melhor Preço* e a *Indústria do Céu* respondem direta e solidariamente, podendo Patrícia optar por quem responsabilizar.

(D) O *Supermercado Melhor Preço* só será responsabilizado pelo acidente de consumo, se Patrícia comprovar o dolo ou a culpa grave.

(E) A responsabilidade é da *Indústria do Céu*, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos sofridos por Patrícia.

DIREITO CIVIL

1. (FGV - 2025)

Antônia é mãe de três filhas: Dulce, Lia e Severina. Dulce, 15 anos de idade, e Lia, 17 anos de idade, cursam o ensino médio em uma escola estadual pernambucana. Já Severina, 20 anos de idade, por estar em estado de coma internada na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) de um hospital particular, não pode expressar a sua vontade.

Analise a situação hipotética e com base no tema Capacidade civil e direitos inerentes à personalidade, assinale a afirmativa **correta**.

- (A) Todas as filhas de Antônia são relativamente incapazes.
- (B) Dulce e Lia são relativamente incapazes, já Severina, absolutamente incapaz.
- (C) Dulce e Severina são relativamente incapazes, já Lia, absolutamente incapaz.
- (D) Lia e Severina são relativamente incapazes, já Dulce, absolutamente incapaz.
- (E) Dulce e Severina são absolutamente incapazes, já Lia, relativamente incapaz.

2. (FGV - 2024)

Maurício, adolescente de 15 anos de idade, sempre sonhou se dedicar ao futebol. Desde muito cedo, ele se dedicou ao esporte e logo começou a participar de competições, sendo eventualmente contratado por um clube para jogar nas categorias de base. Compreendendo que seu filho já dispunha de maturidade suficiente para tomar suas próprias decisões e que um pouco mais de autonomia facilitaria sua atividade profissional como jogador de futebol, os pais de Maurício decidiram emancipá-lo, logrando formalizar o ato de emancipação junto ao cartório competente do Registro Civil. Já no dia seguinte ao registro do ato de emancipação, Maurício firmou um contrato publicitário com uma fabricante de equipamentos esportivos, sem o conhecimento de seus pais.

De acordo com o Direito Civil Brasileiro, deve-se considerar que esse contrato é:

- (A) válido, pois Maurício deve ser considerado plenamente capaz, apesar de menor de idade;
- (B) anulável, mas pode ser confirmado pelos pais de Maurício, tornando-se válido;
- (C) inválido, pois a emancipação de Maurício é nula de pleno direito;
- (D) nulo, pois a emancipação de Maurício foi limitada aos atos diretamente relacionados com sua atividade profissional;
- (E) formalmente inválido, mas tem sua eficácia reconhecida por força do ato de emancipação.

3. (FGV - 2025)

João desapareceu de seu domicílio, inexistindo qualquer informação sobre o seu paradeiro, tampouco tendo ele deixado representante ou procurador a quem caberia administrar os seus bens. Assim sendo, o juiz, instado pelo Ministério Público, declarou a ausência de João, devendo indicar o seu curador. Registre-se que o ausente é casado com Maria, mas está dela separado de fato há três anos. Ademais, Matheus, genitor de João, é vivo, assim como José, filho único de João.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Civil, é **correto** afirmar que o juiz nomeará como curador:

- (A) Maria, na qualidade de cônjuge, ou José, na qualidade de descendente de João, a critério do juízo;
- (B) Maria, na qualidade de cônjuge, ou Matheus, na qualidade de genitor de João, a critério do juízo;
- (C) José, na qualidade de descendente de João;
- (D) Matheus, na qualidade de genitor de João;
- (E) Maria, na qualidade de cônjuge de João.

4. (FGV - 2024)

A Associação Cultural Horizonte, uma associação civil sem fins lucrativos, foi constituída com o objetivo de promover atividades culturais e artísticas. O estatuto da associação estabelece que qualquer alteração nas finalidades ou nos objetivos da entidade exige a aprovação de, no mínimo, dois terços dos associados. No entanto, alguns membros da associação desejam

alterar o estatuto para transformar a entidade em uma organização voltada à defesa e promoção de interesses econômicos dos associados, com o propósito de desenvolver atividades que proporcionem retorno financeiro direto aos membros.

Considerando as normas do Código Civil sobre associações civis, assinale a afirmativa **correta** quanto à possibilidade de alteração da finalidade da Associação Cultural Horizonte.

- (A) A transformação da Associação Cultural Horizonte em uma organização de defesa e promoção de interesses econômicos é permitida desde que todos os associados aprovem a alteração do estatuto.
- (B) A associação pode alterar livremente suas finalidades e objetivos, mesmo sem a aprovação dos associados, pois a vontade da maioria dos membros prevalece.
- (C) A Associação Cultural Horizonte, como qualquer associação civil, não pode ser transformada em uma organização voltada à defesa e promoção de interesses econômicos, pois o Código Civil não permite que associações civis tenham finalidades lucrativas.
- (D) A transformação da associação em uma organização de interesses econômicos é válida, desde que a alteração estatutária seja homologada pelo poder judiciário.
- (E) A transformação em uma associação de interesses econômicos é possível desde que a maioria simples dos associados presentes em assembleia aprove a alteração do estatuto.

5. (FGV - 2023)

Carina é técnica judiciária e, em seu trabalho, se depara com uma demanda em que se questiona a existência e a validade da criação de determinada fundação.

Para certificar adequadamente quanto à regularidade do processo, Carina deverá observar que:

- (A) a fundação, por se tratar de mera dotação especial de bens livres, não tem personalidade jurídica própria;
- (B) o ato constitutivo da fundação pode ser testamento, escritura pública ou contrato particular, desde que escrito;
- (C) se seu objeto se tornar impossível durante o processo, ela deverá ser dissolvida e seu patrimônio revertido ao instituidor, se ainda vivo;

(D) eventuais alterações no estatuto da fundação deverão ser propostas pelo Ministério Público e aprovadas pela maioria simples daqueles incumbidos de gerir e representá-la;

(E) cumpre ao Ministério Público do Rio Grande do Norte velar pelas fundações situadas nesse Estado, inclusive elaborando o estatuto se a pessoa designada pelo instituidor não o fizer no prazo ou, não havendo prazo, em cento e oitenta dias.

6. (FGV - 2024)

Pedro Silva é o sócio majoritário das sociedades empresárias pertencentes à família Silva: *Silva Eventos Ltda.*, *Silva Tour Ltda.* e *Silva Alimentos e Bebidas Ltda.*

A *Silva Eventos Ltda.* foi constituída há 2 anos e é administrada diretamente por Carlos, filho mais novo de Pedro, com 20 anos de idade. A sociedade empresária enfrenta dificuldades financeiras, deixando de cumprir algumas obrigações. Em razão disso, Carlos não faz qualquer retirada, nem mesmo a título de pro labore. No entanto, utiliza o cartão de crédito da sociedade para algumas despesas pessoais de pequeno valor, como transporte e alimentação.

A *Silva Tour Ltda.* foi constituída há mais de 30 anos e sempre foi a grande realização de Pedro Silva que, justamente por isso, não poupa esforços e estratégias para reerguer a sociedade empresária que perdeu muitos clientes e está deficitária desde 2020. Já a *Silva Alimentos e Bebidas Ltda.* vem apresentando crescimento e lucros consideráveis.

Diante dos resultados das três empresas e visando preservar ao máximo, o patrimônio da família, Pedro Silva transfere parte considerável dos bens móveis e imóveis da *Silva Alimentos e Bebidas Ltda.* para a *Silva Tour Ltda.*, além de pagar os credores da *Silva Tour* com recursos da *Silva Alimentos e Bebidas Ltda.* A estratégia é bem-sucedida para salvar a *Silva Tour Ltda.* mas a *Silva Alimentos e Bebidas* passa a acumular dívidas e entra em colapso financeiro, deixando de cumprir suas obrigações com diversos credores.

Diante da situação hipotética narrada, analise as afirmativas a seguir.

I. A utilização do cartão de crédito da *Silva Eventos Ltda.* para as despesas de transporte e alimentação de Carlos configura confusão patrimonial, independentemente do valor de tais despesas.

II. A existência do grupo econômico, por si só, autoriza a desconsideração da personalidade jurídica para a satisfação dos credores.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. (FGV - 2025)

Durante a vigência do Código de Processo Civil anterior, a Procuradoria da Fazenda Pública foi citada no processo para contestar o pedido, cuja regra processual previa a fluência do prazo contado em quádruplo. Todavia, a nova legislação processual civil começou a vigor durante a fluência desse prazo de resposta.

Sabendo-se que esse novo Código estabeleceu o prazo contado em dobro para o poder público apresentar sua resposta e que as normas processuais novas se aplicam aos processos pendentes, é **correto** afirmar que o prazo da contestação daquele processo para a Fazenda Pública será contado em:

- (A) dobro, uma vez que a aplicação imediata da norma processual atinge o ato jurídico pendente de manifestação;
- (B) dobro, uma vez que a aplicação imediata da norma atinge todos os processos;
- (C) quádruplo, uma vez que a aplicação imediata da norma processual não incide na retroatividade da lei para atingir o ato jurídico perfeito e o direito adquirido;
- (D) quádruplo, uma vez que aplicação imediata da norma processual não deverá incidir nos processos já instaurados sob a égide da lei anterior;
- (E) quádruplo, uma vez que a aplicação imediata da norma processual deverá ocorrer após a publicação da sentença, respeitando-se o ato jurídico perfeito e o direito adquirido.

2. (FGV - 2023)

Mário, Carlos e Antônio, estudiosos de Direito, debatiam a respeito da aplicação das normas processuais.

Mário afirmou que o Código de Processo Civil adota a teoria do isolamento dos atos processuais, de sorte que a norma processual em geral tem aplicação imediata aos processos em curso. Carlos, por sua vez, indicou que o princípio da territorialidade é absoluto, de modo que tratados internacionais não podem excepcionar a aplicação das normas processuais no território nacional.

Antônio, por fim, sustentou que o Código de Processo Civil é aplicável de forma supletiva aos processos eleitorais e trabalhistas, porém, em relação aos processos administrativos, tal aplicação foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

Tomando o debate acima como premissa, é possível afirmar que

- (A) os três estão totalmente **corretos** em suas afirmações.
- (B) os três estão totalmente errados em suas afirmações.
- (C) Mário está totalmente **correto**, ao passo que Carlos e Antônio estão totalmente errados em suas afirmações.
- (D) Mário e Carlos estão parcialmente **corretos** em suas colocações, enquanto Antônio está totalmente **correto**.
- (E) Mário está totalmente **correto**, Carlos está totalmente errado e Antônio está parcialmente **correto** em suas afirmações.

3. (FGV - 2024)

Os princípios processuais constituem o alicerce de um sistema processual democrático e constitucional. A seu respeito, tomando em conta as disposições do Código de Processo Civil, assinale a alternativa **correta**.

- (A) O contraditório foi consagrado em nosso Código de Processo Civil impondo o dever de alerta, mas não o de oitiva prévia.
- (B) A moderna concepção do devido processo legal consiste na exigência de obediência ao procedimento legalmente previsto, em nada se relacionando à razoabilidade da norma.
- (C) O direito fundamental ao contraditório, em sua vertente integral, é o direito de a parte ser ouvida previamente à tomada de decisão do órgão julgador.

(D) O princípio do devido processo legal sob o aspecto material se confunde com o princípio da ampla defesa, sendo tratados como sinônimos por parcela da doutrina especializada.

(E) O direito à ampla defesa engloba o direito à defesa técnica, patrocinada por advogado regularmente inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil ou defensor público.

4. (FGV - 2024)

Vanessa pretende ingressar na esfera cível com uma ação fundada em direito pessoal em detrimento de Petrônio. Com esse intuito, Vanessa procurou o auxílio de um advogado, o qual lhe orientou sobre diversas temáticas jurídicas, inclusive no que se refere à competência para o processo e julgamento da ação que será proposta.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições do Código de Processo Civil, analise as afirmativas a seguir:

I.A ação fundada em direito pessoal será proposta, em regra, no foro de domicílio do réu.

II.Sendo incerto ou desconhecido o domicílio do réu, ele poderá ser demandado onde for encontrado ou no foro de domicílio do autor.

III.Quando o réu não tiver domicílio ou residência no Brasil, a ação será proposta no foro de domicílio do autor, e, se este também residir fora do Brasil, a ação deverá ser proposta no Distrito Federal.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Civil, está **correto** o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.

5. (FGV - 2023)

Quanto às regras pertinentes à competência do órgão judicante, à luz da jurisprudência, é **correto** afirmar que:

- (A) não se analisará a ocorrência de conexão ou continência quando suscitadas em exceção de incompetência relativa;
- (B) em caso de indeferimento de tutela antecipada requerida em caráter antecedente, o processo principal deverá sofrer livre distribuição, não estando prevento o juízo que recebeu petição inicial cujo requerimento se limitava à antecipação de tutela;

(C) o princípio do venire contra factum proprium veda o comportamento contraditório da parte. E, em sendo assim, não deverá o juízo analisar a alegação de incompetência absoluta em razão da matéria formulada pela parte autora, após fase instrutória que não lhe favoreça;

(D) qualquer das partes pode pretender a modificação de competência relativa, sendo possível que o órgão jurisdicional, ciente da existência de ação conexa, conheça da questão de ofício. Quanto à incompetência relativa, pode suscitá-la o réu ou o Ministério Público, este apenas na condição de parte ré;

(E) a exceção de incompetência relativa deverá observar o momento processual próprio para sua alegação, enquanto a solicitação de modificação de competência, por conexão ou continência, poderá ser feita mesmo que uma das causas já tenha sido julgada e esteja em execução, mas haja nítida relação de prejudicialidade, como nos casos de ação anulatória de débito fiscal e execução fiscal.

6. (FGV - 2025)

Carla, microempreendedora individual, ajuizou ação de obrigação de fazer em face de empresa fornecedora de insumos, tendo descumprido, porém, cláusula contratual essencial, deixando de entregar o material adquirido. No entanto, a petição inicial foi subscrita apenas por Carla, sem a presença de patrono devidamente constituído.

O juiz, ao verificar a ausência de instrumento de mandato e da assinatura de profissional habilitado, extinguiu o processo liminarmente, sem conceder prazo para regularização da representação.

O defensor público que posteriormente assumiu a causa interpôs apelação sob o fundamento de que a extinção sem resolução do mérito foi prematura e indevida. A partir do caso apresentado, assinale a afirmativa **correta** a respeito da extinção do processo.

- (A) A decisão foi **correta**, pois o autor deveria instruir a petição inicial com prova da hipossuficiência.
- (B) Houve erro, pois o juiz deveria nomear curador especial.
- (C) Houve ausência de capacidade de ser parte, o que justifica a extinção.
- (D) A decisão é válida, pois não cabe regularização posterior da ausência de advogado.
- (E) A decisão foi equivocada, pois deveria ter sido concedido prazo para suprir o vício da capacidade postulatória.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. (FGV - 2025)

Em uma relação processual, o demandante embasou sua pretensão no Art. X da Constituição da República. A partir desse preceito, se obtém norma consagradora de determinado direito fundamental de segunda dimensão, de aplicabilidade imediata e eficácia contida, sendo este último aspecto na perspectiva dos seus destinatários em potencial.

O ente federativo demandado, ao apresentar sua contestação, sustentou que a Lei Federal no Y, ao detalhar a temática, excluía certos destinatários em potencial, incluindo o demandante, do rol de beneficiários, o que era verdadeiro.

Ao analisar o caso, o Magistrado observou que a Lei Federal no Y fora expressamente revogada pela congnere de no W, que não estabeleceu qualquer disciplina específica a respeito da temática.

Diante da situação descrita, assinale a afirmativa correta.

- (A) O Art. X precisa ter sua eficácia integrada para que venha a produzir efeitos.
- (B) A Lei Federal no Y, por restringir a eficácia do Art. X, era inconstitucional.
- (C) A Lei Federal no W possibilitou que o Art. X produzisse efeitos plenos em suas dimensões objetiva e subjetiva.
- (D) O Art. X produz efeitos em razão de sua dimensão objetiva, mas não pode embasar pretensões concretas.
- (E) Apenas em razão do advento da Lei Federal no W é possível o reconhecimento, para o demandante, do direito previsto no Art. X.

2. (FGV - 2024)

Maria, atleta profissional com destacada atuação em um esporte coletivo, não sabia se a ordem constitucional lhe assegurava alguma proteção em razão de sua participação em eventos desportivos juntamente com sua equipe. Afinal, esses eventos são objeto de transmissão pela mídia televisiva ou radiofônica, tendo valor econômico.

Ao consultar um especialista na matéria, Maria foi corretamente informada de que a Constituição da República:

- (A) dispõe sobre a temática em norma de eficácia plena;
- (B) dispõe sobre a temática em norma de eficácia contida;
- (C) dispõe sobre a temática em norma de eficácia limitada;
- (D) realiza a proteção individual dos direitos autorais, mas não nas participações coletivas;
- (E) somente protege a participação em obras coletivas de natureza intelectual, não em matéria desportiva.

3. (FGV - 2022)

Em uma olimpíada universitária, o grupo de estudos XX (GEXX) defende que os direitos fundamentais de primeira dimensão são normalmente veiculados em normas de eficácia plena, sendo o conflito entre eles resolvido no plano da validade. O grupo de estudos ZZ (GEZZ), por sua vez, sustenta que os direitos fundamentais de segunda dimensão são veiculados, na maior parte das vezes, em normas de eficácia contida e, por carecerem de integração pela legislação infraconstitucional, não produzem qualquer efeito até que ela venha a ser editada.

Ao analisar os argumentos apresentados, o júri da olimpíada universitária conclui, corretamente, que o GEXX:

- (A) erra apenas ao afirmar que o conflito entre os direitos fundamentais de primeira dimensão é resolvido no plano da validade, enquanto o GEZZ erra apenas ao defender que os de segunda dimensão são veiculados em normas de eficácia contida, não produzindo efeitos até a regulamentação;
- (B) está totalmente certo, enquanto o GEZZ erra ao afirmar que os direitos fundamentais de segunda dimensão são veiculados em normas de eficácia contida, carecem de regulamentação e não produzem quaisquer efeitos até a regulamentação;

(C) erra apenas ao afirmar que os direitos fundamentais de primeira dimensão são normalmente veiculados em normas de eficácia plena, enquanto o GEZZ erra apenas ao afirmar que os de segunda dimensão não produzem efeitos até a regulamentação;

(D) está totalmente certo, enquanto o GEZZ erra apenas ao afirmar que os direitos fundamentais de segunda dimensão não produzem efeitos até que sejam regulamentados pela legislação infraconstitucional;

(E) erra apenas ao afirmar que o conflito entre os direitos fundamentais de primeira dimensão é resolvido no plano da validade, enquanto o GEZZ está totalmente certo em seus argumentos.

4. (FGV - 2025)

Após a mobilização de alguns profissionais da área de segurança pública, foram elaborados os estatutos da associação, sem fins lucrativos, dos “Defensores do Bairro Alfa”. O objetivo era o de congregar os referidos profissionais, que atuariam nos horários de folga na proteção da coletividade, utilizando indumentária própria e, quando legalmente autorizados, o seu armamento particular. Para que não houvesse qualquer dúvida quanto à juridicidade da futura pessoa jurídica de direito privado, foi requerida ao Prefeito Municipal autorização para a sua criação.

Ao ouvir sua assessoria, foi corretamente esclarecido ao Chefe do Poder Executivo Municipal que

- (A) apesar de a autorização requerida não ser necessária, é vedada a criação de uma associação nos moldes descritos.
- (B) a autorização consubstancia ato vinculado, que deve ser deferida caso preenchidos os requisitos exigidos pela ordem jurídica.
- (C) apesar de a autorização consubstanciar ato discricionário do Prefeito Municipal, o seu indeferimento deve ser devidamente motivado.
- (D) apesar de a autorização consubstanciar ato discricionário do Prefeito Municipal, na situação descrita, a ordem jurídica impõe o seu indeferimento.

5. (FGV - 2024)

João foi acusado, pelo Ministério Público, da prática de crime contra o patrimônio, sendo-lhe aplicada pena restritiva de direitos, além da imposição do dever de reparar o dano que causara. Pouco após o trânsito em julgado da sentença penal condenatória, João faleceu sem deixar patrimônio para os seus dois filhos.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que os dois filhos de João:

- (A) devem cumprir a pena restritiva de direitos, além de ressarcir o dano;
- (B) devem apenas ressarcir o dano, sem cumprir a pena restritiva de direitos;
- (C) devem cumprir apenas a pena restritiva de direitos, sem ressarcir o dano;
- (D) não devem nem cumprir a pena restritiva de direitos nem ressarcir o dano;
- (E) não devem cumprir a pena restritiva de direitos, e somente devem ressarcir o valor principal do dano, sem juros.

6. (FGV - 2024)

Matheus, membro do Ministério Público, foi convidado a palestrar, em uma universidade pública, sobre as disposições constitucionais aplicáveis ao Direito Penal, o que foi feito com maestria.

No que se refere às disposições da Constituição Federal aplicáveis ao Direito Penal, é correto afirmar que:

- (A) nenhuma sanção passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano, a pena de multa e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, desde que não haja prejuízo ao mínimo existencial destes;
- (B) constitui crime inafiançável e imprescritível o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem;
- (C) não haverá penas de morte; de caráter perpétuo; de trabalhos forçados; de banimento, salvo em caso de guerra declarada; e cruéis;
- (D) a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade, a nacionalidade e o sexo do apenado;
- (E) a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (FGV - 2023)

Observe a definição a seguir:

Trata-se de somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas, deduzidos:

(A) na União, os valores transferidos aos Estados e Municípios por determinação constitucional ou legal, e as contribuições mencionadas na alínea “a” do inciso I e no inciso II do art. 195, e no art. 239 da Constituição; b) nos Estados, as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional; c) na União, nos Estados e nos Municípios, a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira citada no § 9º do art. 201 da Constituição.

O trecho acima se refere a:

- (A) fundos públicos;
- (B) ativos públicos;
- (C) recursos vinculados;
- (D) receita corrente líquida;
- (E) arrecadação de receitas;

2. (FGV - 2024)

A tabela a seguir consta do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de um ente estadual relativo ao exercício de 2022, com valores correntes expressos em reais. Os valores correspondem às metas anuais definidas no Anexo de Metas Fiscais:

Especificação	2022	2023
Receita total	R\$ 6.910.347.945,00	R\$ 7.340.551.621,00
Receitas primárias (I)	R\$ 6.236.560.228,00	R\$ 6.628.352.974,00
Despesa Total	R\$ 6.910.347.945,00	R\$ 7.340.551.621,00
Despesas primárias (II)	R\$ 6.499.569.216,11	R\$ 6.960.494.221,02

Resultado primário (III) = I - II	-R\$ 263.008.988,11	-R\$ 332.141.247,02
Resultado nominal	-R\$ 673.184.219,99	-R\$ 776.618.018,96
Dívida Pública Consolidada	R\$ 3.728.285.272,80	R\$ 2.970.276.608,57
Dívida Consolidada Líquida	-R\$ 1.815.764.626,10	-R\$ 2.573.773.290,00

Após receber oficialmente o projeto de LDO 2022, um assessor da comissão de orçamentos da Assembleia Legislativa notificou o Poder Executivo que havia inconsistências e dados faltantes no documento.

A análise da tabela possibilita identificar, conforme Art. 4º § 1º da LRF, a ausência dos seguintes itens:

- (A) descrição das medidas a serem adotadas caso as metas não sejam cumpridas;
- (B) valores correntes e constantes relativos a 2024 e valores constantes de 2022 e 2023;
- (C) impactos das metas no patrimônio líquido do ente nos exercícios a que se referem;
- (D) valores dos passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas;
- (E) demonstrativos de compatibilidade com a programação financeira do exercício de referência.

3. (FGV - 2024)

Os Incentivos Fiscais são um instrumento de grande relevância para o estímulo ao crescimento e à redução das desigualdades sociais, mas possuem impactos que podem comprometer o equilíbrio orçamentário do setor público.

Nesse contexto, é correto afirmar que

- (A) a LRF estabelece o regramento para gastos com pessoal e para a realização de operações de crédito, bem como para as renúncias de receita, exceto se envolverem a criação de tributo ou aumento de alíquotas.
- (B) a LRF prevê, como compensação de uma renúncia de receita, duas alternativas: aumento de alíquota ou criação de um novo tributo.

(C) a LRF prevê uma análise de impacto de curto prazo, por um exercício, desde o início da vigência do Incentivo Fiscal, para eventuais compensações da renúncia de receita verificada.

(D) o crescimento econômico é um meio para a compensação das renúncias fiscais realizadas pelo setor público, já que pode promover o incremento da arrecadação sem qualquer aumento de alíquota ou criação de imposto.

(E) para cada Incentivo Fiscal concedido deve haver a medida de arrecadação incremental, aumento de alíquota ou novo imposto correspondente, de forma a compensar eventuais perdas de receita pública.

4. (FGV - 2022)

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa de caráter não continuado deve atender simultaneamente às seguintes condições, **à exceção de uma**. Assinale-a.

(A) Demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

(B) Demonstrar a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício

(C) Ser compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias.

(D) Ter adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual.

(E) Não afetar as metas fiscais estabelecidas pela lei de diretrizes orçamentárias.

5. (FGV - 2024)

Leia atentamente o trecho de texto a seguir, que se refere a um dos princípios do Direito Administrativo:

“a conduta da Administração Pública deve ser pautada no interesse da coletividade, isto é, não deve visar a quem beneficiar ou prejudicar, uma vez que todos devem ser olhados de forma igual, não sendo possível deste modo qualquer tipo de discriminação”

Este princípio é o de

(A) publicidade.

(B) moralidade.

(C) impessoalidade.

(D) motivação.

(E) Razoabilidade.

6. (FGV - 2024)

José e João estavam estudando juntos para o concurso público para o cargo de Técnico Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, quando adentraram o tema relativo a princípios expressos e implícitos da Administração Pública, à luz da Constituição Federal de 1988, contexto em que concluíram corretamente que

(A) o princípio da supremacia do interesse público está expresso na Constituição e deve prevalecer sobre os demais princípios consagrados no texto da Lei Maior.

(B) o princípio da segurança jurídica está expresso na Constituição, de modo que não pode ser aplicado nas hipóteses que envolvem o exercício da autotutela.

(C) o princípio da consensualidade está implícito na Constituição, resultando da cláusula do Estado Democrático de Direito, buscando mecanismos que envolvam a participação do administrado para melhor atender ao interesse público.

(D) o princípio da publicidade está implícito na Constituição, revelando-se uma importante ferramenta para fins de viabilizar o controle social da atividade administrativa.

(E) o princípio da juridicidade está expresso na Constituição e resulta na conclusão de que a Administração é mera executora da lei, inexistindo qualquer papel criativo para o aplicador do direito.

7. (FGV - 2023)

João, servidor público no âmbito do Município Alfa, praticou um ilícito administrativo, dando azo à deflagração de um processo administrativo disciplinar em seu detrimento. Nesse contexto, a autoridade competente nomeia três servidores para atuarem na comissão disciplinar. Verifica-se, contudo, que um dos servidores não é estável, muito embora a legislação de regência do Município exija que os três integrantes da comissão disciplinar o sejam.

Assim sendo, a autoridade competente edita um ato administrativo, excluindo o servidor em estágio probatório da comissão, com a sua substituição por outro agente público estável.

Nesse cenário, à luz do entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes, é correto afirmar que se está diante da seguinte espécie de convalidação voluntária do ato administrativo:

(A) ratificação, que recai sobre o motivo do ato administrativo.

ÉTICA

1. (2024)

A Resolução nº 125/2010, do Conselho Nacional de Justiça, dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário.

Outrossim, tal Resolução veicula o Código de Ética de Conciliadores e Mediadores Judiciais. Entre os princípios que regem a atuação de tais procedimentos, elencados no referido Código, incluem-se:

- (A) confidencialidade, dependência e autonomia, empoderamento, parcialidade e decisão informada.
- (B) competência, empoderamento, decisão informada, parcialidade, decisão informada e validação.
- (C) confidencialidade, competência, empoderamento, respeito à ordem pública e decisão informada.
- (D) decisão informada, parcialidade, empoderamento, competência e respeito à ordem pública.
- (E) decisão formada, publicidade, eficiência, validação, empoderamento, competência e parcialidade.

2. (2024)

O sistema normativo brasileiro tem prestigiado os mecanismos de autocomposição. Afinal, buscar a Justiça por vezes não passa pelo Poder Judiciário. Destaca-se o desenvolvimento de um arcabouço legal específico ao longo das últimas décadas, como a Lei da Arbitragem (Lei nº 9.307/1996), a Lei de Mediação (Lei nº 13.140/2015) e o novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015). No âmbito administrativo, o CNJ editou a Resolução nº 125/2010, que dispõe sobre os mecanismos consensuais para a solução de controvérsias.

Acerca dos meios alternativos de resolução de conflitos, assinale a afirmativa correta.

- (A) A sentença arbitral será proferida no prazo estipulado pelas partes, mas, caso nada tenha sido convencionado, o prazo para a apresentação da sentença é de seis meses, contado da instituição da arbitragem ou da substituição do árbitro.
- (B) A cláusula compromissória, segundo a Lei nº 9.307/1996, é a convenção por meio da qual as partes submetem um litígio à arbitragem de uma ou mais pessoas; já o compromisso arbitral vem a ser a convenção por meio da qual as partes em um

contrato comprometem-se a submeter à arbitragem os litígios que possam vir a surgir relativamente a tal contrato.

(C) Aos mediadores e conciliadores, exceto membros das Câmaras Privadas de Conciliação, não se aplicam as regras de impedimento e suspeição, nos termos do Art. 148, inciso II, do Código de Processo Civil.

(D) A Resolução nº 125/2010 dispõe que compete ao Supremo Tribunal Federal (STF) organizar programa com o objetivo de promover ações de incentivo à autocomposição de litígios e à pacificação social por meio da conciliação e da mediação.

(E) A sentença somente será admitida à execução no Brasil depois de submetida à homologação pelo Supremo Tribunal Federal (STF), quando a arbitragem se der por organismo estrangeiro.

3. (2023)

A Resolução nº 125/2010 do CNJ é considerada como marco do incentivo ao uso dos meios consensuais pelo Poder Judiciário, o qual atingiu seu ápice com o Código de Processo Civil.

A respeito da Resolução, assinale a afirmativa **correta**.

- (A) É dispensada a interlocução do CNJ junto à Ordem dos Advogados do Brasil com vistas a estimular sua participação nos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania.
- (B) A criação dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania é discricionária do respectivo Tribunal, inexistindo dever de sua instituição.
- (C) Entre outras atribuições, compete ao juiz coordenador do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania homologar os acordos entabulados.
- (D) Cabe ao respectivo Tribunal desenvolver parâmetro curricular e ações voltadas à capacitação em métodos consensuais de solução de conflitos.
- (E) Não é necessário o acompanhamento estatístico específico para a implementação da Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado de Conflitos de Interesse.

4. (2023)

A Resolução nº 125/2010 do CNJ é considerada como marco do incentivo ao uso dos meios consensuais pelo Poder Judiciário, o qual atingiu seu ápice com o Código de Processo Civil.

A respeito da Resolução, assinale a afirmativa **correta**.

- (A) Os Centros Judiciários de Solução de Conflitos contarão com um juiz coordenador e, se necessário, com três adjuntos.
- (B) A criação dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania é dever dos Tribunais.
- (C) Cabe ao respectivo Tribunal desenvolver parâmetro curricular e ações voltadas à capacitação em métodos consensuais de solução de conflitos.
- (D) É dispensada a interlocução do CNJ junto à Ordem dos Advogados do Brasil com vistas a estimular sua participação nos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania.
- (E) Não é necessário o acompanhamento estatístico específico para a implementação da Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado de Conflitos de Interesse.

5. (2023)

Janice, servidora do Tribunal de Justiça do Estado Alfa, foi lotada em um Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. Ao questionar um colega a respeito das atribuições dessa estrutura, foi-lhe informado que ela é responsável por:

- (1) promover a realização ou a gestão das sessões e audiências de conciliação e mediação que estejam a cargo de conciliadores e mediadores;
- (2) incentivar e promover a capacitação e atualização de conciliadores e mediadores; e
- (3) orientar o cidadão.

Em relação às informações recebidas por Janice, é **correto** afirmar, à luz da Resolução CNJ nº 125/2010, que:

- (A) todas estão certas;
- (B) apenas a informação 1 está certa;
- (C) apenas as informações 1 e 2 estão certas;
- (D) apenas as informações 1 e 3 estão certas;
- (E) apenas as informações 2 e 3 estão certas.

6. (2023)

João, que atuava como conciliador no âmbito de determinada estrutura do Tribunal de Justiça do Estado Alfa, buscou se inteirar sobre a possibilidade de Câmaras Privadas de Conciliação e Mediação realizarem sessões de mediação ou conciliação no território desse Estado.

Ao final de suas reflexões, João concluiu, corretamente, à luz da Resolução CNJ nº 125/2010, que tais Câmaras:

- (A) não podem realizar as referidas sessões, sob pena de usurpação da competência jurisdicional;
- (B) podem realizar as referidas sessões, apenas no plano pré-processual, desde que estejam inseridas no cadastro adequado;
- (C) podem realizar as referidas sessões, pré-processuais ou incidentes a processo judicial, sendo exigido, em ambos os casos, que estejam inseridas no cadastro adequado;
- (D) podem realizar as referidas sessões, pré-processuais ou incidentes a processo judicial, independentemente de qualquer cadastro, considerando-se tratar de atividade privada;
- (E) podem realizar as referidas sessões, incidentes a processo judicial, caso estejam inseridas no cadastro adequado, sendo o cadastramento facultativo para sessões pré-processuais.

7. (2022)

A propósito dos métodos adequados de resolução de conflitos, julgue as assertivas abaixo e assinale a **CORRETA**:

I. Na sistemática do Código de Processo Civil de 2015, em virtude do valor atribuído à conciliação e à mediação, a falta de realização de audiência de conciliação é considerada causa de nulidade processual pelo Superior Tribunal de Justiça.

II. A câmara arbitral ou o próprio árbitro têm legitimidade para promover a ação ou mandado de segurança para cumprimento da sentença arbitral no caso de FGTS, nos termos do entendimento do Superior Tribunal de Justiça.

III. As deliberações da Câmara de Conciliação e Arbitragem Federal-CCAF, criada pelo Ato Regimental nº 05 de 27/09/2007 como unidade da Consultoria Geral da União, em litígios interna corporis envolvendo a administração direta federal, autarquias, fundações, sociedade de economia mista e empresa pública federais não são sindicáveis pelo Poder Judiciário, mesmo quando questionadas por terceiros que não fizeram parte da conciliação, como o Ministério Público Federal.